

## AGOSTO / 2016

### CENÁRIO INTERNACIONAL

#### **EUROPA**

Conforme a agência Eurostat, o desemprego se manteve estável em julho na zona do euro, sendo que a taxa de 10,1% foi a mais baixa já registrada desde julho de 2011. Enquanto os menores índices foram registrados em Malta (3,9%) e na Alemanha (4,2%), os maiores ocorreram na Grécia (23,5%) e na Espanha (19,6%).

A inflação do consumidor da região também se manteve estável. Embora os analistas a estimassem em 0,3%, a taxa de 0,2% verificada em agosto, na base anual, ficou igual a de julho.

No Reino Unido, para fazer frente ao impacto do Brexit, o Banco da Inglaterra, pela primeira vez desde 2009, reduziu a taxa básica de juros de 0,5% para 0,25%. Adicionalmente, lançou dois novos programas de estímulos. Um para comprar 10 bilhões de libras em títulos de empresas com grau de investimento e outro, potencialmente no valor de 100 bilhões de libras, para garantir que os bancos mantenham empréstimos mesmo após o corte dos juros.

#### **EUA**

Nos EUA, de acordo com o Departamento de Comércio, o crescimento do PIB americano foi revisado de 1,2%, em base anual, para 1,1% no segundo trimestre de 2016. Embora o consumo das famílias tenha melhorado, os dados foram ofuscados pela queda nos estoques das empresas, pela piora nos investimentos privados e pelos fracos gastos de governos estaduais.

Já a criação de novos empregos não agrícolas, em agosto, estimada em aproximadamente de 180 mil vagas, foi de efetivamente 151mil vagas, sendo que a taxa de desemprego se manteve em 4,9%, representando cerca de 7,8 milhões de pessoas sem trabalho. Mesmo assim, para Stanley Fischer, vice-presidente do FED, o mercado de trabalho dos EUA está perto do pleno emprego.

Na ata da última reunião do FED, realizada em 27 de julho, ficou evidente que o colegiado da autoridade monetária está dividido quanto a elevação dos juros. Embora os dados do emprego e a inflação ainda muito baixa enfraqueçam a chance de uma elevação na reunião no final de setembro, a possibilidade de alta dos juros ainda em 2016 vem se fortalecendo nos últimos meses, conforme sinalizou Janet Yellen, presidente do FED.

#### **ÁSIA**

Na China, o indicador oficial que mede a atividade industrial registrou, em agosto, o seu valor máximo em quase dois anos, graças a melhoria da produção e da demanda. No Japão, o PIB cresceu 0,2%, em taxa anualizada, no segundo trimestre, enquanto a expectativa era de que atingisse 0,7%. Em contraste, nesse

mesmo período o PIB da Índia cresceu 7,1% em relação a 2015, superando o da China pela primeira vez desde 1999.

## **MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL**

Na renda fixa, com os juros negativos se consolidando no mundo e com o aumento da demanda por títulos denominados em dólar, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento ao redor de 1,57% a.a. no final de julho, terminaram agosto com um rendimento de 1,60% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico encerraram o mês rendendo 0,62% a.a. Os emitidos pelo governo alemão fecharam o mês com rendimento negativo de -0,04% a.a. Paralelamente, o dólar se valorizou 0,28% frente ao euro e 0,88% perante o yen, por exemplo.

As bolsas internacionais em sua maioria subiram no mês de agosto. A americana (S&P 500) caiu 0,12%, a alemã subiu 2,47%, a inglesa (FTSE 100) 0,85% e a do Japão (Nikkei 225) 1,92%.

## **CENÁRIO NACIONAL**

### **ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA**

De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro teve queda pelo sexto trimestre consecutivo, desta vez de 0,6%, no segundo trimestre de 2016. Entretanto, sinais positivos surgiram na indústria e nos investimentos.

Pelo lado da oferta, a agropecuária registrou queda de 2% no período, a indústria uma leve alta de 0,3% e o setor de serviços um recuo de 0,8%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,7%, os gastos do governo 0,5%, mas os investimentos cresceram 0,4%.

Em relação ao mesmo período de 2015, o PIB recuou 3,8%. A queda do setor agropecuário chegou a 3,1%, a do setor industrial a 3%, e a do setor de serviços a 3,3%. O consumo das famílias recuou 5%, os gastos do governo 2,2% e os investimentos 8,8%.

Por sua vez, a taxa de desemprego atingiu 11,6% no trimestre encerrado em julho, conforme a Pnad Contínua, sendo que um ano antes a taxa era de 8,6%. O contingente de desempregados chegou a 11,8 milhões de pessoas. A renda média de R\$ 1.985,00 apresentou queda real de 3% frente ao ano anterior, quando era de R\$ 2.048,00.

### **SETOR PÚBLICO**

De acordo com a Receita Federal, a arrecadação federal recuou 5,8% em julho, sobre igual mês do ano passado. E conforme informou o banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 12,8 bilhões em julho. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 36,6 bilhões e em doze meses de R\$ 154 bilhões (2,54% do PIB).

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 427,1 bilhões (7,04% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 581,1 bilhões (9,58% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4,21 trilhões (69,5% do PIB), elevando-se 1 ponto percentual em relação ao mês anterior.

### **INFLAÇÃO**

Com os preços dos alimentos exercendo menor pressão, a inflação medida pelo IPCA desacelerou de 0,52% em julho, para 0,44% em agosto. No ano, a alta acumulada chegou a 5,42%, abaixo dos 7,06% registrado em igual período do ano anterior. Em doze meses acumulou 8,97%, também abaixo dos 9,53%, relativos aos doze meses imediatamente anteriores, embora no mês de julho acumulasse alta de 8,74% em doze meses.

Já o INPC, subiu 0,31% em julho e acumulou um avanço de 6,09% no ano e 9,62% em doze meses.

### **JUROS**

Em reunião realizada no final de agosto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter, pela nona vez seguida, a taxa Selic em 14,25% ao ano. Em comunicado, o Copom condicionou a redução da taxa básica de juros à queda da inflação e à redução da incerteza sobre o ajuste fiscal proposto pelo novo governo.

### **CÂMBIO E SETOR EXTERNO**

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de agosto cotada a R\$ 3,2403, com uma valorização de apenas 0,04% no mês, mas com uma desvalorização de 17,02% no ano e de 9,46% em doze meses.

Em julho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,1 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 27,9 bilhões. Em relação a 2015, graças a taxa de câmbio mais forte, a queda do déficit foi de 71%.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 78 milhões, acumulando em doze meses, um saldo positivo de US\$ 72 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 377,5 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 338,1 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em agosto um superávit de US\$ 4,1 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 32,37 bilhões, recorde para o período de acordo com a série histórica iniciada em 1989.

### **RENDA FIXA**

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDkA 2A (IPCA) com 1,29% de alta, seguido do IRF-M1, com avanço de 1,19% e do IMA-B 5, com 1,09%. No ano, o melhor desempenho acumulado até agosto foi do IDkA 20A (IPCA) com 46,60%, seguido do IMA-B 5+ com 25,95% e do IRF-M 1+ com alta de 22,39%.

### **RENDA VARIÁVEL**

Para o Ibovespa foi outro mês de alta, de 1,03%, levando o acumulado no ano para um ganho de 33,57% e o em doze meses para 22,79%. O desempenho da bolsa continuou revelando otimismo com a economia brasileira após o impeachment, tanto do investidor local, quanto do estrangeiro, que de janeiro a julho já aportou R\$ 16,8 bilhões em nosso mercado de ações.

### **PERSPECTIVAS**

#### **MERCADO INTERNACIONAL**

Com os fortes dados sobre a criação de novas vagas de trabalho em julho e por conta de pronunciamentos de membros do FED sobre a melhoria dos indicadores econômicos, o mercado passou a acreditar na possibilidade da alta dos juros na reunião de política monetária agendada para o final de setembro. Entretanto, os dados sobre emprego de agosto enfraqueceram essa perspectiva, muito embora instituições financeiras e economistas renomados ainda acreditem nessa possibilidade, ou mesmo na elevação da taxa ainda em 2016.

Outro importante evento que se aproxima é a eleição presidencial nos EUA em novembro. Pelo bom comportamento dos ativos de risco, como ações, o mercado acredita que a eleição presidencial está resolvida a favor da senhora Clinton e que as políticas do atual governo permanecerão praticamente inalteradas. Por ora, só resta aguardar os próximos passos dos candidatos e seus reflexos nas pesquisas de intenção de voto.

#### **MERCADO NACIONAL**

Com a definição do impeachment e a posse do presidente Michel Temer, o mercado financeiro nacional e internacional se volta agora para o ajuste fiscal e para as reformas necessárias para a retomada do crescimento econômico sustentado. É de suma importância que os sinais de melhora, tanto da confiança do consumidor quanto do produtor e do fornecedor de serviços, não afastem o governo e os políticos da necessidade de medidas enérgicas e urgentes que devem ser tomadas. Disso dependem os investimentos privados nacionais que precisam ser retomados, como também os investimentos externos necessários como reforço à poupança interna.

Em setembro, evento de suma importância será a reunião do banco central americano, em um momento em que o mercado financeiro internacional começa a questionar a eficácia das taxas de juros negativas praticadas por diversos países. Uma mudança da política monetária dos EUA, neste momento, poderá trazer forte volatilidade para os mercados e provocar a reprecificação de uma série de ativos. Mesmo assim, ao longo do tempo acreditamos na criação de pré-condições para que as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil possam enfim começar a recuar.

Sob a ótica da alocação dos recursos dos RPPS, a nossa recomendação é de uma exposição de 45% nos vértices mais longos (dos quais 10% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 35% para o IMA-B Total), 25% para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo) em detrimento das alocações em títulos públicos de vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais.

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 25%, já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%).

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos	
<u>Renda Fixa</u>	75%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	10%
Longo Prazo (IMA-B Total)	35%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	25%
Curto Prazo (IRF-M 1 e CDI)	5%
<u>Renda Variável</u>	25%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	5%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%